

NOTA TÉCNICA 68
PROGRAMA DE RETOMADA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente Nota Técnica tem o objetivo apresentar a manifestação do Grupo de Trabalho Agropecuário (GT Agropec da CTEI) sobre o “**Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias (PRAA) - PG 017**”, em atendimento as considerações apresentadas na Nota Técnica 64 emitida pelo GT-Agropec em 17 de setembro de 2018 e reuniões de discussões posteriores realizadas entre o GT e a Fundação Renova, para validação pelo Comitê Interfederativo/CIF.

Histórico

Data	Reuniões e Entregas
17/09/2018	Emissão Nota Técnica 64 com considerações
03/10/2018	Reunião discussão da Nota Técnica 64
26/10/2018	Fundação Renova envia “Plano de Retomada das Atividades Agropecuárias na região compreendida entre o município de Santa Cruz do Escalvado-MG e a Foz do Rio Doce”.
06/11/2018	Reunião do GT-Agropec para avaliação do Plano.
07/11/2018	Apresentação verbal das considerações e recomendações do GT-Agropec na reunião ordinária da CTEI
22/11/2018	Fundação Renova envia “Plano de Retomada das Atividades Agropecuárias na região compreendida entre o município de Santa Cruz do Escalvado-MG e a Foz do Rio Doce” com os ajustes solicitados na reunião de avaliação da GT-Agropec (relacionados no item 3 desta Nota Técnica)
22/11/2018	Reunião do GT-Agropec avaliação do Plano com ajustes e agora na forma de Programa
26/11/2018	Fundação Renova entrega da versão protocolada do “Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias”
03/12/2018	GT-Agropec recebe versão protocolada do Programa para avaliação e finalização da Nota Técnica

Composição do GT Agropec da CTEI:

- Adriano Lenin Cirilo de Carvalho-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ MAPA;
- Camilla dos Santos Nogueira-Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social/Setades;
- João Marcos dos Santos Junior-Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/INCAPER;

- Feliciano Nogueira de Oliveira - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais/SEAPA;
- Leonardo Brumano Kalil - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais/SEAPA;
- Mirna Lucia de Almeida Corrêa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ MAPA;
- Pedro Luis Pereira Teixeira de Carvalho-Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca/SEAG.

2. ESCOPO DO PROGRAMA

O **Programa de Recuperação das Atividades Agropecuárias** tem sua origem nas cláusulas 124 a 133, subseção VI.2 do capítulo segundo do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta/TTAC, onde está previsto a recuperação das atividades agropecuárias e dos produtores impactados ao longo da Calha do Rio Doce.

São as seguintes as ações previstas no TTAC para realização pela Fundação Renova:

- a) Disponibilização de área aos produtores que tiveram suas atividades agropecuárias permanentemente inviabilizadas em decorrência do EVENTO, equivalente à SITUAÇÃO ANTERIOR, observada a política pública;*
- b) Recomposição das áreas produtivas passíveis de restauração e das condições para produzir conforme SITUAÇÃO ANTERIOR, incluindo solo, animais, equipamentos e instalações;*
- c) Assistência técnica aos produtores, cooperativas e associações impactados, de modo a viabilizar a retomada de suas atividades, termos da PNATER por 24 meses a partir da recomposição à SITUAÇÃO ANTERIOR das áreas produtivas passíveis de restauração, podendo ser prorrogado caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada;*
- d) Ajuda financeira aos produtores IMPACTADOS, no montante definido pelo Programa de Auxílio Financeiro aos IMPACTADOS até a condição de produção ser equivalente à SITUAÇÃO ANTERIOR ou à realização do disposto na alínea "a";*
- e) Sempre que a retomada da atividade não for possível, deverão ser ofertados cursos de qualificação profissional em outra atividade, prestando assistência técnica nos termos PNATER, quando cabível, com o objetivo de identificar e viabilizar a realocação em nova atividade econômica ou produtiva, sem prejuízo do pagamento do Auxílio Financeiro previsto na alínea "d" até estabelecidas as condições para realocação profissional, recuperação de pastagens nas áreas impactadas, quando tecnicamente viável;*
- f) Formação de pastagens equivalentes em outras áreas da propriedade em substituição às pastagens tecnicamente não recuperáveis;*

- g) *Substituição de pastagens por outras fontes de alimentação animal com maior produtividade que possam ser cultivadas na propriedade impactada;*
- h) *Implantação de técnicas de manejo em busca de se tentar aumentar a produtividade da propriedade;*
- i) *Reestabelecimento das estruturas de captação de água para irrigação e dessedentação animal impactados à SITUAÇÃO ANTERIOR ou, não sendo possível, desenvolver alternativas ao reestabelecimento das estruturas de captação de água; e*
- j) *Fornecimento de alimentação para animais nas propriedades rurais diretamente impactadas, até recuperação da pastagem.*

CLÁUSULA 126: *Deverão ser planejadas ações específicas para a recuperação dos sistemas de irrigação comprometidos.*

3. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES DO PRAA APRESENTADO PELA FUNDAÇÃO RENOVA (Documento versão 6/11/2018)

O GT-Agropec considerou que o documento apresentado pela Fundação Renova na reunião de 06.11.2018, acata as considerações emitidas por meio da Nota Técnica nº 64 de 17/09/2018.

Faz-se necessário, no entanto, as adequações e encaminhamentos das considerações listadas abaixo, não eximindo a necessidade de possíveis adequações que vierem a ser identificadas posteriormente, assim como que, por tratar-se de Programa e como tal é dinâmico em sua execução, deve ser revisto e adequado sempre que se fizer necessário:

- 3.1. Consolidar os planos apresentados anteriormente, referentes ao território 1 e 2, em um só documento na forma de um único Programa atendendo a todas as áreas impactadas ao longo da Calha do Rio Doce, conforme cláusula 124 do TTAC, observadas as especificidades de cada território.
- 3.2. Estabelecer interface do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias com a CTOS, onde está inserido o Programa de Cadastro;
- 3.3. Especificar ações de extensão rural em complementação com as ações de assistência técnica dado que no documento apresentado há poucas informações sobre o trabalho com as famílias dos produtores rurais impactados;
- 3.4. Estabelecer interface com a CTPDCS (Camara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social) e com a CTOS (Camara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial), no que diz respeito às ações de extensão rural;
- 3.5. Enfatizar que os números apresentados no PRAA tiveram como referência somente a campanha de cadastramento nº 1;
- 3.6. Manter atualizados os números apresentados no PRAA com os números das

outras campanhas de cadastramento já encerradas.

- 3.7. Estabelecer documento comprobatório da opção do produtor rural ao Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias - termo de adesão e encerramento;
- 3.8. Selecionar empresas/entidades prestadoras de serviço de ATER que devem estar cadastradas pelo menos em um dos seguintes sistemas: Sistema de Gestão de ATER da ANATER ou o SIATER da SEAD;
- 3.9. Registrar em documento próprio com assinatura dos produtores rurais, inclusive nos casos em que houver prorrogação, as datas de início e fim das ações de ATER nas propriedades rurais atingidas.

4. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES DO PRAA APRESENTADO PELA FUNDAÇÃO RENOVA (Documento versão 26/11/2018)

Após análise do documento apresentado na versão de 26/11/2018, entregue ao GT-Agropec em 3/12/2018, considera-se aprovado o referido documento com as seguintes considerações e ajustes. Abaixo análise seguindo a numeração dos itens do sumário do documento versão 26/11/2018.

Sumário Executivo

Ajustar o objetivo do programa que é promover a retomada das atividades agropecuárias dos produtores rurais impactados, localizados ao longo da calha do rio Doce e não somente a Área Ambiental 1, conforme subseção VI.2, clausula 124 - "*o proposito deste programa é recuperar as atividades agropecuárias e dos produtores IMPACTADOS ao longo da calha do rio Doce*". Este ajuste deve ocorrer em todos os itens do documento.

4.0. Estruturação do Programa

A estrutura do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias traz os componentes necessários à compreensão do seu propósito, deixando claro este propósito a partir do seu Objetivo Geral. Devem ser ressaltados, também, os Objetivos Específicos elencados com as respectivas referências às Cláusulas estabelecidas no TTAC.

Importante também destacar os eixos temáticos apresentados e da interação das ações previstas no Programa aos eixos temáticos propostos. Outro componente importante dessa estruturação são os marcos legais nos quais deverão estar ancoradas as ações previstas no Programa. São, também, claramente postos os pontos que necessariamente devem ser atendidos pelo Programa, por meio das Premissas, e, da mesma forma, as restrições cabíveis.

Sobre o componente "Ações realizadas e em andamento", é importante frisar que foram apenas citadas as ações, sem dados ou informações detalhadas que

permitam assegurar qualquer tipo ou grau de mensuração ou de confirmação quanto à execução das mesmas. Especificar e discriminar as ações realizadas e em andamento nas áreas impactadas ao longo da calha do rio Doce identificadas por Estado.

As “Ações realizadas e em andamento” devem ser retiradas do corpo principal do documento e incluídas em forma de anexo.

Apenas a título de ajuste na composição e redação do documento, recomenda-se substituir no Sumário o título do item 4.3 por “Participação e identificação das soluções”.

Da mesma forma, recomenda-se a retirada de uma das restrições postas, que se encontra repetida no texto: “As propriedades rurais impactadas que não realizavam atividades agrossilvipastoris antes do rompimento da barragem não são elegíveis para o processo de reparação integral e retomada das atividades agropecuárias, devendo ser tratadas caso a caso”.

Considerar na condução do Programa e referenciar no do item Requisitos e Marcos Legais as deliberações CIF 58 (31 de março de 2017), 145 (29 de janeiro de 2018), 164 (25 de maio de 2018), 167 (25 de maio de 2018) e 170 (28 de junho de 2018) e as notas técnicas CTEI 54 (11 de maio de 2018), 64 (17 de setembro de 2018) e a presente nota técnica 68.

Há de se considerar ainda que a Fundação Renova por meio do PG17 endereçe ações a serem pactuadas junto a CT IPCT (Camara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais) em relação a interface entre os programas dos povos e comunidades indígenas e tradicionais, conforme deliberações CIF 187 e 205 de 31 de julho de 2018 e 28 de setembro de 2018, respectivamente.

5.0. Reparação e Adequação Socioambiental e Socioeconômica de Propriedades Rurais Impactadas Localizadas à jusante da UHE Risoleta Neves:

Trata-se do Plano de Trabalho e as respectivas ações a serem executadas no percurso entre a barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves. O Plano traz os seguintes componentes a seguir analisados:

5.1. A construção de soluções

O título que consta no sumário não condiz com o título no interior do documento.

As descrições das fases que compõem o Plano nesse percurso são apresentadas em uma tabela, sugerindo um processo de construção de soluções das propriedades e famílias atingidas pelo desastre, por meio dos instrumentos e métodos a serem utilizados.

5.1.1. Zoneamento Ambiental Produtivo – ZAP

Entendido como metodologia pertinente e aprovada para o estudo de caracterização das sub-bacias hidrográficas presentes no percurso em questão e, portanto, aprovada como componente do Plano.

5.1.2. Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas – ISA

Entendido como instrumento e método pertinentes e aprovados para o levantamento e análise de indicadores de sustentabilidade nas propriedades atingidas pela lama decorrente do desastre, no percurso em questão, e, portanto, aprovada como componente do Plano.

5.1.3. Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental – PASEA

Entendido como instrumento e método pertinentes e aprovados para a elaboração de um projeto próprio e específico para a adequação socioeconômica e ambiental das propriedades atingidas, a partir da análise dos indicadores de sustentabilidade, e, portanto, também aprovado como componente do Plano. Esta condição se estende, também, aos critérios e premissas a ele referentes.

Para este componente faz-se ressalva quanto ao tratamento dado de “Plano”, que embora procedente, difere da denominação “Projeto” originalmente dada ao instrumento, conforme pode ser visto em documento técnico elaborado sobre a sua descrição.

5.1.4. Recuperação do solo com material detrítico

Trata-se de ação indispensável na execução do Plano e que, portanto, está validada. Porém, é da mesma forma indispensável que a análise de risco à saúde humana e o exame ecotoxicológico relacionado a este material sejam realizados em conformidade com a legislação vigente e citada no documento. Vale lembrar que tal ação possui interface com as ações contidas no Plano de Manejo de Rejeitos.

5.1.5. Diversificação das Fontes de Renda

Entendida como ação necessária e, portanto, validada. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de efetiva participação das famílias de agricultores envolvidos na discussão das alternativas viáveis, levando-se em conta, além de questões técnicas e mercadológicas, a própria vocação natural da região e das famílias, com suas peculiaridades.

5.1.6. Análise de Oportunidades de Restauração Florestal – ROAM

Sem perder de vista o objetivo desta ação, citado no documento, como o de identificar possibilidades de ganhos econômicos e ambientais a partir da restauração

de florestas nativas, entende-se como validada sua inserção no Plano. É oportuno ressaltar que, também conforme registrado no documento, tal ação deve estar intimamente conectada à ação de aplicação do Zoneamento Ambiental Produtivo nas sub-bacias hidrográficas que compõem o percurso.

5.1.7. Assistência Técnica e Extensão Rural

Como citado no próprio documento, trata-se de ação consonante à Cláusula 125 do TTAC e de fundamental importância ao sucesso do Programa, tanto pelo seu caráter iminente técnico, representado pela construção, interação e assistência técnica entre técnicos e produtores, como pelo seu caráter social, representado pela condução de processos de cunho social e organizacional das famílias e de grupos de produtores em trabalhos associativos. Ressalta-se a importância da elaboração e abertura de editais para a contratação que caracterizem de forma clara e completa o serviço a ser prestado pela empresa selecionada, tanto na assistência técnica como na extensão rural.

5.1.8. Unidades Demonstrativas / Fazendas Referência

O título que consta no sumário não condiz com o título no interior do documento.

A seleção, preparo e utilização de áreas ou propriedades que sirvam como referência para a demonstração e motivação de produtores para a adoção de determinada tecnologia é importante e válida como método complementar à assistência técnica e extensão rural. Recomenda-se que sejam identificadas e divulgadas as 25 Unidades referidas no documento, com as respectivas técnicas nelas implantadas.

5.2. Histórico de engajamento dos stakeholders

Sem desconsiderar a importância deste componente, no documento aparece tão somente como um registro sucinto da participação das instituições que se envolveram no trabalho desde a ocorrência do desastre. Retirar do corpo do texto e incluir como anexo.

5.3. Interface com outros Programas

Semelhante ao componente anterior, é válido e importante para a compreensão de todo o trabalho a ser executado, conhecer a interface do Programa de Retomada das Atividades Agropecuária com os demais Programas previstos no TTAC, a serem executados. Importante frisar, conforme registrado no próprio documento, que a interface se divide em direta e indireta considerando os objetivos específicos do Programa e por região, considerando a intensidade do impacto e o caráter reparatório ou compensatório do Programa.

5.4. Projetos e processos do Programa

Trata-se de Projetos e Processos para o território entre Fundão até a UHE Risoleta Neves, portanto é Plano e não Programa.

Complementar ao componente anterior, este item, embora implique em maior volume e estenda o conteúdo do documento, ele contribui para com os interessados em conhecer e consultar o Plano, a conhecerem, também, os projetos e processos que contribuirão para o atingimento dos seus objetivos. Entende-se, também, como válida a manutenção no documento da descrição sucinta dos projetos e processos correlacionados ao Plano.

6.0. Planejamento Consolidado do Programa

Trata-se de Planejamento Consolidado para o território entre Fundão até a UHE Risoleta Neves, portanto, é Plano e não Programa.

É imperativo que as tarefas previstas no quadro apresentado sejam cumpridas no cronograma previsto. Todavia é importante chamar a atenção da condição de exequibilidade destas tarefas nos períodos estabelecidos. Nota-se, por exemplo, que a tarefa “Recomposição da alimentação animal” tem prazo de término em fevereiro de 2019. Questiona-se a existência de condições e alternativas de suprimento alimentar dos animais nas propriedades que permitam o encerramento desta tarefa no prazo previsto.

Desta forma, recomenda-se uma reavaliação do planejamento e cronograma estabelecido, confirmando a condição de cumprimento de cada tarefa no prazo estipulado.

7.0. Plano de resultados

7.1. Indicadores do Programa

Trata-se de Indicadores para o território entre Fundão até a UHE Risoleta Neves, portanto é Plano e não Programa.

São apresentados quatro indicadores para avaliação dos resultados atingidos pelo Plano. Como o Plano se propõe a promover a retomada das atividades agropecuárias pelas famílias atingidas com o desastre, o ideal como indicador seria a medição de taxa de autonomia conquistada pelas famílias assistidas em relação às ações propostas pelo Plano na medida em que conseguissem, de fato, retomar suas atividades e obter renda a partir delas. Sugere-se, portanto, a inclusão de um indicador que proporcione este tipo de avaliação, retirando das famílias a condição de dependência externa para a manutenção de sua dignidade.

7.2. Critérios para encerramento do Programa no trecho a montante da UHE Risoleta Neves

Trata-se de Critérios para o território entre Fundão até a UHE Risoleta Neves, portanto é Plano e não Programa.

Os critérios apresentados são válidos e bem postos. No entanto, sugere-se que também seja considerado com critério para o encerramento do Plano, o cumprimento fiel de todas as tarefas consideradas no planejamento consolidado do Plano, anteriormente tratado.

7.3. Ficha dos indicadores

Considera-se muito válida a descrição dos indicadores nas fichas apresentadas. No entanto algumas observações e questionamentos se fazem necessários para que sejam procedidos ajustes, se assim for procedente.

Para o indicador I01 – Taxa de reposição da alimentação animal, enquanto que a tarefa incluída no planejamento consolidado do Programa tem término previsto para fevereiro de 2019, a ficha para este indicador registra como “Data fim medição” para dezembro de 2020, esclarecendo que este é o prazo previsto para fim de fornecimento de silagem. Se assim entendido, parecer haver um conflito de datas para avaliação deste indicador.

Não foram analisados, para fins desta Nota Técnica, os anexos II, III e IV, referentes aos indicadores e descritos no texto do documento, mas não fazendo parte do documento.

8.0. Reparação e Adequação Sociambiental e Socioeconômica de Propriedades Rurais Impactadas Localizadas à jusante da UHE Risoleta Neves

8.1. *Fundamentação técnica e avaliação inicial*

É entendido como de extrema importância para a execução e o acompanhamento das ações inerentes ao Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias o conhecimento dos dados quantitativos relacionados ao número de produtores cadastrados e valores de indenizações feitas aos produtores que sofreram o impacto. Para tal sugerimos que seja estabelecida uma maior interface dos Planos com o Programa de Cadastro e o Programa de Indenização Mediada, conduzidos pela CTOS para que sejam conhecidos os números referentes ao cadastro de atingidos e às indenizações realizadas desde a ocorrência do desastre. Da mesma forma, reforça-se a necessidade de maior interface e aproximação com todos os demais Programas correlacionados.

É importante considerar que embora o TTAC trate o percurso à jusante da UHE Risoleta Neves como um território único, existem especificidades relevantes, próprias de cada estado (MG e ES) que devem ser consideradas e tratadas pelo

Programa nas ações a serem executadas, respeitando as consequências diferenciadas dos impactos em cada estado.

8.2. Levantamento detalhado dos impactos nas atividades agropecuárias

Considera-se como atendido este componente, inclusive com a inserção de infográficos ao documento, ilustrando e facilitando a visualização dos dados obtidos.

Chama atenção a expressividade dos números, evidenciando a gravidade do desastre e os impactos dele resultantes, o que ressalta a importância de se abreviar a execução das ações previstas e propostas nos Planos.

8.3. Dimensionamento dos impactos no sistema de irrigação

As avaliações registradas sinalizam para a preocupação que se deve ter com as características qualitativas da água utilizada nos sistemas de irrigação. Conforme posto no próprio documento, os laudos de impactos emitidos pelo Programa de Cadastro da Fundação Renovam demonstram que o comprometimento dos sistemas de irrigação representa uma proporção significativa de prejuízos nas atividades agrícolas. Portanto, embora haja concordância sobre o que é proposto neste componente, é de fundamental importância a avaliação e o monitoramento constante, por instituição competente, da qualidade da água a ser utilizada também nos sistemas de irrigação, para que se viabilize as ações de retomada das atividades agropecuárias previstas no Plano.

8.4. Interface com o Plano de Manejo de Rejeitos

Foram consideradas as sugestões apresentadas para esta ação considerando, principalmente, o fato da interface das ações propostas para a retomada das atividades agropecuárias com aquelas previstas para o Plano de Manejo de Rejeitos e para a Segurança Ambiental.

8.5. Interface com os Programas que compõem o eixo temático da Organização Social

Os Programas citados nesse componente e relacionados à organização social das famílias atingidas são considerados indispensáveis e pertinentes como interface para a execução das ações previstas, daí a validade de sua inserção e do atendimento ao Plano.

8.6. Interface com o Programa de Atividade Pesqueira

Da mesma forma que os componentes anteriores, a interface existente entre os Programas é necessária, oportuna e, portanto, válida como componente do Plano.

8.7. *Reparação do Impacto*

Sobre este componente específico, embora validado como posto, deve-se salientar que a Fundação Renova tem o compromisso de fazer com que o mesmo seja de caráter prevalentemente reparatório sobre todo e qualquer dano observado e comprovado como derivado do desastre.

8.8. *Restituição e Manejo do Sistema de Irrigação*

Quanto a este componente deve ser entendido que o mesmo será trabalhado como fato decorrente dos impactos sobre o sistema de irrigação, estabelecendo uma ligação entre o dimensionamento dos impactos, a restituição e manejo do sistema de irrigação e a retomada das atividades agropecuárias. Validando o componente apresentado, ressalta-se a necessidade de que para o sucesso do mesmo, a condição qualitativa da água seja observada.

8.9. *Plantios substitutivos*

Validada a ação como posta, ressalta-se a importância de se respeitar a legislação ambiental vigente para ambos os estados, no caso de proposição ou estabelecimento de sistemas agroflorestais nas propriedades atingidas.

8.10. *Cadastro Ambiental Rural e Regularização Ambiental*

Sobre esta ação entende-se que a mesma não deve ser considerada, como posto no documento, uma “possibilidade de aderência” pelos produtores rurais, mas que haja todo um trabalho a ser executado pelo serviço de ATER para a motivação e esclarecimento dos produtores quanto à necessidade e importância desta ação na composição dos Planos em questão.

8.11. *Assistência Técnica e Extensão Rural com Fomento à Produção Sustentável, Diversificação de Renda e Cadastro Ambiental Rural*

Entendida e validada a proposição deste componente, bem como os critérios para a sua execução. É importante ressaltar que, conforme posto no documento, é prevista a publicação dos Editais, em lotes distintos para atendimento a imóveis rurais individuais e assentamentos, no segundo semestre de 2018, portanto, de imediato.

8.12. *Estrutura analítica do projeto*

Verifica-se que foram contempladas as observações sugeridas. No entanto, para fins de clareza e de entendimento, vale uma indagação quanto à propriedade do título deste componente: trata-se da estrutura de projeto ou do Plano de trabalho a jusante da UHE Risoleta Neves?

8.13. Cronograma Macro de Atividades

Verifica-se algumas inconsistências nas datas já estabelecidas no cronograma apresentado e a possibilidade da execução das ações. De forma complementar entende-se que, embora o cronograma Macro Atividades apresente maior grau de detalhamento e tratar-se das ações no percurso à jusante da UHE Risoleta Neves, há a necessidade também de uma consistência ou interação entre este cronograma e o Planejamento consolidado do Programa presente nas ações à montante da UHE Risoleta Neves.

8.14. Gestão de Interfaces

Foram citados e graficamente apresentados os Programas que possuem interface com o Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias. O componente está validado, uma vez que no bojo do documento são citados e descritos alguns dos Programas referidos neste componente.

8.15. Indicadores e Critérios de Encerramento

São apresentados seis indicadores para avaliação dos resultados atingidos pelo Plano. Como o Plano se propõe a promover a retomada das atividades agropecuárias pelas famílias atingidas com o desastre, a exemplo que se propôs para as propriedades atingidas à montante da UHE Risoleta Neves, o ideal como indicador seria a medição de taxa de autonomia conquistada pelas famílias assistidas em relação às ações propostas pelo Programa, na medida em que conseguissem, de fato, retomar suas atividades e obter renda a partir delas. Sugere-se, portanto, a inclusão de um indicador que proporcione este tipo de avaliação, retirando das famílias a condição de dependência externa para a manutenção de sua dignidade.

Quanto aos critérios de encerramento, não são descritos no documento tais critérios para as ações previstas no Plano de Trabalho a ser executado nas propriedades à jusante da UHE Risoleta Neves. Entende-se que, a exemplo do Plano de Trabalho anterior, seria recomendável o registro destes critérios também aqui.

É necessário ajustar o quadro de metas/execução conforme descrito abaixo:

- a) Diagnóstico do Impacto: Incluir diagnósticos do impacto socioeconômico (inundações, comercialização, atividades agropecuárias, etc);
- b) Elaboração do projeto de adequação da propriedade: incluir a adequação socioeconômico;

Explicitar a aplicação do ISA de monitoramento como indicador do resultado das ações de retomada das propriedades à jusante da UHE Risoleta Neves.

8.0. Orçamento

Embora conste na redação do documento o valor total do Programa apenas para as

ações específicas do Programa Retomada das Atividades Agropecuárias no Território a jusante da UHE Risoleta Neves, são apresentados os valores estimados em R\$ 52 milhões, a serem aplicados até o ano de 2022.

Portanto, recomenda-se que o orçamento do Programa seja refeito e detalhado para ambos os Planos de Trabalho e suas respectivas atividades, permitindo uma compreensão mais exata do volume de recursos a serem aplicados, para quais ações seriam destinados e em que prazo seriam usados.

5. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Tendo em vista a necessidade de anuência dos produtores atingidos em relação à execução das ações previstas no Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, recomenda-se a elaboração e a aplicação de documento comprobatório de adesão do produtor rural ao Programa (termo de adesão), bem como outro documento declaratório de encerramento.

Da mesma forma recomenda-se que para fins das atividades de ATER seja proposto um documento por meio do qual o produtor ateste a execução de cada atividade realizada.

De forma complementar o GT Agropec considera como indispensável que o processo de construção de soluções em ambos os planos, a montante e a jusante da UHE Risoleta Neves, tratem de forma mais profunda os instrumentos a serem utilizados na Retomada da Atividade Agropecuária, como por exemplo o zoneamento ambiental, indicadores de sustentabilidade, plano de adequação principalmente a socioeconômica e unidades demonstrativas ou de referencia.

Considerando a dinâmica de cenários sócio-político e institucional, ressalta-se também como indispensável a manutenção de um canal de diálogo permanente, entre o GT Agropec instituído com a equipe da Fundação Renova responsável pelo Programa, intermediada pela CTEI, para que se resguarde o monitoramento e, sempre que necessário, a revisão periódica das ações planejadas permitindo que ajustes procedentes e oportunos sejam feitos, assegurando a aplicação precisa dos recursos disponíveis e a efetiva execução das ações previstas.

6. CONCLUSÃO

Face ao exposto, após a Fundação ter protocolado junto à CTEI o documento com a versão atual do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, e ainda analisado por este GT Agropec o cumprimento das considerações citadas no item 3 desta Nota Técnica, recomenda-se a aprovação do referido Programa, em anexo a esta Nota Técnica, no âmbito da CTEI, para posterior encaminhamento e aprovação ao CIF, cumprindo assim o previsto no TTAC.

Finalmente, visando dar celeridade ao processo, sugere-se que os ajustes propostos no item 4 sejam realizados concomitantemente à sua execução do Programa em ambos os territórios, a jusante e a montante da UHE Risoleta Neves.

A necessidade desta celeridade à implementação do programa é reforçada pelo fato de que minimamente desde janeiro de 2018, a partir da emissão da Deliberação CIF 145, são solicitados adequações ao plano para o território 2 de modo a mitigar e reparar os danos iniciais e correntes hoje ainda enfrentados pelos impactados.



Ricardo Machado Ruiz

Câmara Técnica de Economia e Inovação
Vice-Presidente do ÍNDI – Instituição indicada pelo Governo de Minas Gerais
para coordenar a Câmara Técnica de Economia e Inovação

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 2018